

GIVALDO BARBOSA



Sant'Anna, cada vez mais frequente nas audiências com Sarney, vai ser prestigiado como líder do Governo

Sarney dará poderes a Sant'Anna como líder

O presidente José Sarney está convencido, hoje, de que há um boicote organizado contra a atuação do líder da maioria e do Governo na Câmara dos deputados, Carlos Sant'Anna, revelou ontem um assessor político do Palácio do Planalto. Ele adiantou que, após analisar todos os indicativos do boicote a seu líder, Sarney já armou uma contra-ofensiva. Dará todo o poder a Sant'Anna, não apenas no Governo como também no Palácio do Planalto.

O assessor explicou que a orientação, transmitida pessoalmente pelo presidente José Sarney, é no sentido de fortalecer seu líder, que ficará a partir de agora investido de grande

poder de influência. Inclui-se junto à máquina administrativa do Governo, o que significa, trocando em miúdos, que Sant'Anna passará a ter poder de fogo até na distribuição dos cargos do Governo, e integrará, permanentemente, o Conselho Político do Governo.

MARGINALIZAÇÃO
O processo de marginalização a que vem sendo submetido o líder do Governo não passou despercebido ao Palácio do Planalto. O assessor, que cita três "episódios evidentes" do que considerou "sabotagem" da cúpula do PMDB: no anteprojeto do Regimento Interno da Constituinte não há qualquer referência à figura do líder

do Governo. E, na hipótese de ser mantido o texto da proposta, Sant'Anna não terá voz na Constituinte.

O segundo exemplo de marginalização, citado pelo assessor de Sarney, é que o líder Carlos Sant'Anna vem sendo "ostensivamente" colocado à margem das negociações em torno do Regimento Interno da Constituinte. Isto ficou evidente, logo após a tentativa de votação da matéria, quando ao tentar retomar as negociações com as lideranças partidárias, numa reunião em sua residência oficial, Ulysses Guimarães, simplesmente "esqueceu" de convocar o

líder do Governo no Congresso.

O descaso com que a Câmara dos Deputados — que é presidida também por Ulysses Guimarães — vem tratando o líder da maioria é o terceiro exemplo de "sabotagem" citado pelo assessor de Sarney, que lembrou: até hoje não houve sequer a gentileza de ceder-lhe instalações para o gabinete do líder do Governo. "O cúmulo do desprestígio", na opinião do mesmo assessor, que interpreta o convite do Presidente para que Sant'Anna integrasse sua comitiva a Aracaju, como "uma demonstração de prestígio a seu líder".

Nomeações, uma arma contra rebeldia

O Palácio do Planalto está dando os retoques finais na estratégia a ser utilizada para enquadrar os parlamentares do PMDB que vêm assumindo posições frontalmente contrárias aos interesses do Governo nas reuniões da Assembleia Nacional Constituinte.

Com um atraso de quase dois anos, a assessoria do presidente José Sarney, via Gabinete Civil, está realizando um minucioso levantamento que permitirá ao Executivo saber quais os parlamentares do PMDB e do Partido da Frente Liberal que fizeram nomeações para os dez mil cargos dos diversos órgãos da administração pública.

Esse levantamento, uma vez concluído, dará condições ao Governo de demitir sumariamente os ocupantes indicados por deputados e senadores do PMDB. A fórmula, na avaliação de bem-posicionados dirigentes do PFL, deverá render frutos imediatos, forçando os demais parlamentares peemedebistas com tendência à rebeldia a se realinharem com o presidente José Sarney.

Apesar de os funcionários do Governo encarregados de realizar o mapeamento virem trabalhando em regime de urgência há dez dias, a tarefa vem sendo dificultada pelo fato de alguns ministros terem fe-

to nomeações sem comunicar suas decisões ao presidente da República.

Entre esses ministros, encontram-se alguns do ministério que Sarney herdou do falecido presidente Tancredo Neves, como o ex-ministro da Agricultura, Pedro Simon. De acordo com um parlamentar do PFL, Simon, ao longo de sua gestão, nomeou à larga, sendo agora uma tarefa difícil levantar quais e quantos cargos foram distribuídos.

Além de Simon, um político intimamente ligado ao presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, Raphael de Al-

meida Magalhães, teria lotado de maneira unilateral os cargos do Ministério da Previdência e Assistência Social no ano passado, para garantir a vitória eleitoral do PMDB.

Mesmo considerando a distribuição vertical de cargos como um fato normal, os políticos da Frente Liberal estão convencidos de que o Palácio do Planalto, uma vez deflagrada a estratégia da demissão, dará ao mesmo tempo, em contrapartida, ao processo de redistribuição, possibilitando ao PFL, que disporia de apenas 30 por cento dos cargos, aumentar sua presença nos diversos escalões da administração federal.

Acordo para votar o regimento está fácil

O governo e os líderes do PMDB e do PFL chegaram finalmente a um acordo em torno da redação do dispositivo mais controverso do projeto do Regimento Interno da Constituinte, o parágrafo 7º do artigo, 57, autorizando os deputados Carlos Sant'Anna, José Lourenço e Luis Henrique, líderes do governo, do PFL e do PMDB a preverem que está garantida a aprovação da matéria na próxima semana.

O deputado José Lourenço concordava em que a redação, a respeito da qual todos concordaram, permitirá a votação e aprovação do Regimento Interno na próxima semana. Mas, Lourenço sustentava, "depois de ter ouvido alguns juristas", que "esse dispositivo do Regimento é inócuo e não permitirá nenhuma alteração na atual Constituição". Para mudar a atual Constituição é necessário votar uma emenda pelo Congresso com quorum de dois terços", advertia José Lourenço.

ACORDO

Pouco antes de viajar para Salvador, ao meio dia de ontem, o deputado Carlos Sant'Anna dava como pra-

ticamente concluídos os entendimentos em torno da redação do parágrafo 7º do artigo 57 do Regimento Interno definitivo, aproveitando emenda do deputado Maurício Ferreira Lima e contribuições do PFL e do próprio relator, senador Fernando Henrique Cardoso.

A redação desse parágrafo ficou assim: "Os Projetos de Decisões destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos soberanos da Assembleia Nacional Constituinte, necessitando ter o apeloamento de um terço dos constituintes e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação e por maioria absoluta, a decisão final".

Lendo esse texto em voz alta, em seu gabinete, ontem à tarde, pouco antes de voltar a se encontrar com o líder do PMDB, deputado Luis Henrique, o líder do PFL, José Lourenço, sustentava que, embora aprovado, o referido dispositivo regimental "é inócuo, uma vez que, para mudar a atual Constituição, é preciso aprovar emenda pelo Congresso com votos de dois terços de deputados e senadores".

— O Supremo Tribunal Federal derrubará esse dispositivo em face de sua flagrante inconstitucionalidade — garantiu José Lourenço.

O deputado Carlos Sant'Anna, antes de viajar para Salvador, dava como definido o acordo entre as principais lideranças para permitir a aprovação do Regimento Interno definitivo da Constituinte. O parlamentar balanço lembrava que os entendimentos se aceleraram a partir de domingo passado, depois que Ulysses Guimarães almoçou com o presidente Sarney "quando se investiu na condição de principal negociador".

Os líderes do PMDB e do PFL, deputados Luiz Henrique e José Lourenço, achavam que a duração do mandato do presidente Sarney será fixada no Capítulo das Disposições Transitórias quando tiver sido concluída a elaboração da nova Carta Constitucional.

Henrique, manifestou esperança de que o acordo sobre o Regimento Interno da Constituinte seja obtido nos próximos dias, porque, segundo ele, o único ponto que ficou em aberto foi o Artigo 82, que trata do funcionamento da Câmara e do Senado.

Luiz Henrique retornou hoje de Santa Catarina especialmente para reiniciar as negociações, que ficaram em compasso de espera, com a ausência das principais lideranças partidárias de Brasília, inclusive o deputado Ulysses Guimarães, que só deve retor-

nar à Capital da República domingo à noite.

Apesar do otimismo de Luiz Henrique, alguns constituintes do PMDB já manifestam desânimo ante a possibilidade de um acordo, em função das posições assumidas pelo líder do PFL, José Lourenço, acusado de trocar de posição como de camisa.

O deputado Maurício Ferreira Lima, autor da emenda em torno da qual se tece o entendimento sobre o parágrafo sete, disse que já não acredita tanto no acordo, porque, a cada dia o PFL faz novas exigências,

Soberania ainda divide os líderes

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), qualificou ontem de "radicalismo" a luta pela explicitação, no Regimento Interno da Constituinte, da soberania da Assembleia. Segundo Lourenço, "isto é coisa de extrema-direita, liderada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), com a esquerda".

Já para o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), não há qualquer radicalismo na defesa da proposta dos projetos de decisão: "Ela significa uma mera salvaguarda da Constituinte, e uma reafirmação da sua soberania. A convocação é clara no sentido de que a Constituinte se reunirá livre e soberanamente. A Assembleia vai fazer a nova Carta, passar a limpo as instituições, definir se o sistema será presidencialista ou parlamentarista e o papel dos militares. Uma Constituinte que não fosse soberana não poderia fazer estes trabalhos".

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), enxerga "ma-fé" nos defensores da proposta. Segundo Amaral, eles pretendem "colocar-se como juizes da nova ordem sem lei, e querem se tornar uma quadrilha de vigilantes do oeste americano, para que possam implantar a lei que desejarem".

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), do grupo Pró-Soberania, defende-se afirmando que o movimento pela soberania, desde o seu início, tem "uma correta avaliação da necessidade de disciplinar a fase final do processo de transição".

Radicaliza o processo neste momento quem não contribui para discipliná-lo e estabelecê-lo. Os primeiros trinta dias da Constituinte mostraram claramente que não se conseguirá fazer a Constituição e enfrentar o dia-a-dia do País sem definir preliminarmente as formas disso — acrescentou.

Política nacional de desenvolvimento

EVALDO GONÇALVES*

É da tradição das nossas Assembleias Constituintes a luta pela conquista de espaços para o desenvolvimento do Nordeste, como região subdesenvolvida do País. Em 1934 e 1946, percentuais da receita tributária da União foram destinados ao Nordeste, visando a sua integração ao processo de desenvolvimento brasileiro. Além disso, órgãos foram



criados, como o DNOCS, a Sudene e o Banco do Nordeste, tudo consubstanciando essa superior preocupação em se corrigir os desníveis regionais, como matéria de alto interesse nacional.

E bem verdade que, se, a princípio, o Nordeste, pela seca, sua instabilidade climática e demais fatores naturais adversos, ganhou pioneirismo pela gravidade de seus problemas, outras regiões, igualmente subdesenvolvidas, entraram na pauta das preocupações nacionais. E o caso do Norte, do Centro-Oeste e até do Sul, que ganharam órgãos de desenvolvimento regional, como a Sudam, Sudeco e a Sudesul, além de agentes financeiros comprometidos com as respectivas regiões.

Não há negar que esforços construtivos vêm sendo envidados, em sucessivas tentativas, visando a promoção do desenvolvimento regional.

Temos que reconhecer, porém, que conquistas maiores, obtidas anteriormente, nas Cartas de 1934 e 1946, foram substancialmente reduzidas e pulverizadas, ao longo desses últimos dez anos, com repercussão negativa nos esforços em favor de um desenvolvimento integral e harmônico para o País. O fato é que estamos pior do que antes, situação essa que está a exigir, agora, redobrada atenção e total vigilância, com vistas à "recuperação do tempo perdido".

Claro que partimos do pressuposto de que desenvolvimento regional é matéria de relevante interesse nacional. Diríamos até que deve ser tratada a nível de política nacional de desenvolvimento. Ao invés de se entregar às regiões a decisão quanto aos seus destinos, suas prioridades e soluções, a responsabilidade dessa tarefa deverá caber à União, no desempenho da grande missão, que é somente sua, de promover o desenvolvimento econômico e social deste país, de forma harmônica e integral, sem discriminações odiosas.

Daí a justificativa, mais que plausível, do funcionamento, na atual Assembleia Nacional Constituinte, de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, funcionando como fórum privilegiado, onde todos os problemas seriam discutidos, de interesse das regiões subdesenvolvidas, e, a todos eles, se dariam alternativas de soluções, dentro da ótica do desenvolvimento nacional, sem predominância de aspectos exclusivamente regionalistas.

O que se quer dizer: soluções regionalistas simplesmente não resolveriam. Hão de ser adotadas soluções nacionais voltadas para o desenvolvimento regional. Como entender que um país possa dispor de um quadro sócio-econômico em que 65% da população brasileira permaneça em situação de absoluta miséria, agravada no Nordeste, e nas grandes metrópoles, onde 1/4 da população vive economicamente marginalizada. Em suma, é inconcebível que perseverem circunstâncias atroz, onde uma minoria da população desfruta de um estágio desenvolvido, próprio de uma sociedade industrial, e uma grande maioria, por outro lado, vegete em condições sub-humanas, à margem dos benefícios do desenvolvimento. Isto por conta do desemprego, do subemprego, da falta de uma política agrícola e de uma melhor capacitação da grande maioria e sua participação no processo de desenvolvimento econômico.

As áreas subdesenvolvidas deste país deve interessar, mais do que a quaisquer outras, o desenvolvimento brasileiro, como um todo.

Dispositivos constitucionais não de ser criados, agora, que emprestem a essa tarefa foros de imperativos da consciência nacional, sem capitulações e jogo de interesses subalternos, o que tem sido responsável, em última análise, pela penúria e atraso seculares a que estamos submetidos, de há muito.

O funcionamento, na Assembleia Nacional Constituinte, de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, com esses objetivos amplos e essa visão de conjunto, será, inelutavelmente, o primeiro grande passo, em favor do desenvolvimento nacional, tarefa irrenunciável e inadiável de todos os brasileiros.

* Evaldo Gonçalves é deputado pelo PFL da Paraíba

Até os xiitas confiam que entendimento sai

O grupo de "xiitas" do PMDB aposta que até a próxima semana haverá acordo entre o partido e o PFL para a votação do Regimento da Constituinte. E isso ocorrerá sem que seja preciso ceder demais aos reclamos pefelistas, que, eles acham, tem mais o objetivo de mostrar serviço ao Palácio do Planalto e forçar uma divisão do PMDB do que reais intenções de criar impasses retardando uma decisão sobre o assunto.

O deputado Antonio Brito (PMDB-RS), por exemplo, afirmou ontem que o acordo é fundamental e isso tem sido dito pelo Pró-Soberania batizado também de xiita desde sua primeira reunião. A posição não mudou, acrescentou, assinalando que não interessa a eles investir num confronto nem criar dificuldades.

Embora repita a tese sobre a necessidade de buscar um acordo a fim de providenciar uma decisão rápida em plenário, o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, foi incisivo, ontem, ao dizer que se der confronto, "vamos para os votos".

Britto garantiu ainda que os "xiitas" nunca falaram, nas mais de 40 reuniões realizadas, em mexer no mandato do presidente da República. Por isso, eles interpretam as suspeitas do PFL nesse sentido como vontade de mostrar serviços ao Palácio do Planalto e tentar dividir o PMDB.

O peemedebista baiano repetiu ainda que o seu grupo não abre mão da manutenção dos termos do regimento redigido pelo senador Fernando Henrique Cardoso, embora aceite mexer na redação de alguns artigos que provocaram a inquietação de setores governistas e pefelistas. Portanto, comentou, o PFL nutre suspeitas injustificáveis.

Confronto? — assegura Britto que ele não interessa a ninguém e que o melhor será o entendimento, desde que prevaleça a força da maioria. Ele não tem conversado com o deputado Ulysses Guimarães que permanece em São Paulo. Mas quando regressar à Brasília está certo de que será consultado para o desenvolvimento das negociações.

"A disputa é semântica"

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem que não acredita na repetição do impasse em plenário, registrado na semana passada, quando PMDB e PFL divergiram a respeito da votação do regimento da Constituinte. Ele acha que o presidente Ulysses Guimarães, como coordenador do acordo entre os partidos da Aliança Democrática, tem meios para fazer sair o entendimento.

Tanto mais — lembrou — que ele assumiu a coordenação sob o impacto de um pedido especial do presidente José Sarney, que não deseja ver ameaçada a base de sustentação do Governo no Congresso.

O líder governista acrescentou que saindo um acordo em torno do parágrafo 7º do artigo 57, está certo de que as demais possíveis divergências estarão contornadas. Carlos Sant'Anna assinalou ainda que é desejo do presidente Sarney abrir o leque das negociações aos demais partidos, pois dessa forma facilitará a votação do regimento da Constituinte em plenário.

Reconheceu que hoje, naquele artigo, o impasse da negociação continua em termos semânticos. Uns desejam usar o termo sobrestar e, outros, salvaguardar, para defender a soberania da Constituinte.